



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

FLÁVIO JACINTO ALMEIDA

**Exclusão e invisibilidade: um estudo sobre o Plano Brasil sem
Miséria na agricultura familiar do município de Alagoa Nova-PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

FLÁVIO JACINTO ALMEIDA

Exclusão e invisibilidade: um estudo sobre o Plano Brasil Sem Miséria na agricultura familiar do município de Alagoa Nova-PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Dr. Eduardo Gomes Onofre

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447e Almeida, Flávio Jacinto

Exclusão e invisibilidade [manuscrito] : um estudo sobre o Plano Brasil sem Miséria na agricultura familiar do Município de Alagoa Nova-PB / Flávio Jacinto Almeida. - 2014.

43 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Educação".

1.Agricultura familiar. 2.Plano Brasil sem Miséria. 3. Exclusão social. I. Título.

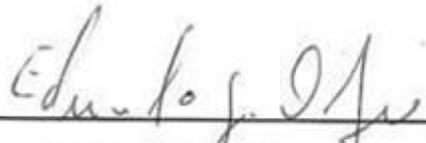
21. ed. CDD 630.81

FLÁVIO JACINTO ALMEIDA

Exclusão e invisibilidade: um estudo sobre o Plano Brasil sem Miséria na agricultura familiar do município de Alagoa Nova-PB

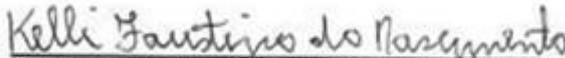
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 28/02/15.



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre / UEPB

Orientador



Prof. Drª. Kelli Faustino do Nascimento / UEPB

Examinador



Profª Maria Célia de Assis

Examinadora

DEDICATÓRIA

À minha noiva, **Ana Carla Farias Macedo**, pelo companheirismo incondicional e amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Eduardo Gomes Onofre pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai José Almeida Diniz e a minha mãe Rita Jacinto Almeida, pelo amor, empenho, torcida e dedicação que sempre tiveram e tem comigo durante toda a minha vida.

As minhas tias Fátima Diniz e Socorro Diniz e minha irmã Flaviana Jacinto Almeida, pelo apoio e amizade incondicionais.

Aos amigos, um muito obrigado.

Aos meus grandes amigos Valdilene Neves de Amorim e Eudacler Leal de Souza (*in memoriam*), embora fisicamente ausentes, agradeço pela oportunidade da convivência grandiosa que tivemos.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

"Meu estado de espírito sintetiza estes dois sentimentos [otimismo e pessimismo] e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista com a vontade. Em cada circunstância, penso na hipótese pior, para por em movimento todas as reservas de vontade e ser capaz de abater o obstáculo."

Antônio Gramsci

RESUMO

Na atual conjuntura de crise econômica mundial, os debates e notícias sobre ideais modernos e pós-modernos tomam conta das conversas informais, das teses de doutorado e da agenda midiática. Essa pós-modernidade ainda possuem excluídos que sofrem pela exclusão escolar, e conseqüentemente social, pela invisibilidade impostas aos mesmos de maneira naturalizada. No universo excluído e invisível da sociedade, encontram-se algumas comunidades de agricultores familiares que ao longo da história vem na luta da resistência por melhores condições de vida e a procura do respeito por sua cultura. Com o discurso de acabar com a miséria no Brasil, surge o Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, na tentativa de gerar renda e melhor acesso às políticas públicas já existentes buscando a permanência do homem no campo. A metodologia utilizada na presente pesquisa é do tipo qualitativa, realizada a partir de uma investigação documental dos diagnósticos e relatórios realizados pela EMATER-PB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, com os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, envolvidos no Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, com o objetivo de traçar e analisar o perfil das famílias envolvidas no referido programa.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Plano Brasil Sem Miséria. Exclusão social.

ABSTRACT

In the current climate of global economic crisis, debates and news about modern ideals and postmodern take account of informal conversations, the doctoral theses and media agenda. This postmodernity still have excluded suffering by school exclusion, and thus social, the invisibility imposed on them so naturalized. In the excluded and invisible universe of society are some communities of family farmers throughout history has been the struggle of resistance for better living conditions and to demand respect for their culture. With the discourse of ending poverty in Brazil, the Brazil Without Misery arises Plan - PBSM in an attempt to generate income and better access to existing public policies seeking to stay the man in the field. The methodology used in this research is the qualitative type performed from a documentary investigating the findings and reports made by EMATER-PB, Enterprise Technical Assistance and Rural Extension of Paraíba, with family farmers in the municipality of Nova Alagoa-PB involved in the Brazil Without Poverty Plan - PBSM, aiming to trace and analyze the profile of the families involved in the program.

KEYWORDS: Family farming. Brazil Without Misery plan. Social exclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Relação de posse e uso da terra	26
Gráfico 02 – Composição familiar – N° de pessoas residentes no estabelecimento familiar.....	27
Gráfico 03 – Composição familiar: N° de filhos por família.....	28
Gráfico 04 – Vinculo com Associação Rural e Sindicatos Rurais – 01 Membro por família.....	28
Gráfico 05 – Participação em Políticas Públicas - N° de famílias inseridas no Programa Bolsa Família	30
Gráfico 06 – Participação em políticas Públicas – N° de famílias inseridas no PRONAF	31
Gráfico 07 – Informações produtivas - Diversidades nos plantios.....	32
Gráfico 08 – Informações Produtivas – Diversidades nas criações.....	32
Gráfico 09 – Porcentagens de famílias que vendem parte da produção	33

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 – Mapa da cidade de Alagoa Nova	25
FOTO 02 – Aprisco para criação de ovelhas – comunidade de São Tomé de são Tomé de Cima.....	41
FOTO 03 – Pocilga e criação de porcos – Comunidade Boa Esperança	41
FOTO 04 – Artesanato – Corte, Costura e Pintura – Comunidade Boa Esperança..	42
FOTO 05 – Pocilga para criação de porcos – Comunidade de São Tomé de Cima..	42

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

FAO - Agência Nacional das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MAPA – Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG's – Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBSM – Plano Brasil Sem Miséria

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UPF – Unidade Produtiva Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 – Exclusão e invisibilidade Social	15
2.2 – Agricultura familiar e o Plano Brasil sem Miséria – PBSM	16
2.2.1 – O dar, o receber e o retribuir na agricultura familiar.....	16
3. METODOLOGIA.....	23
3.1 – Tipo de pesquisa	23
3.2 – Instrumento metodológico.....	23
3.3 – Análise dos dados.....	24
3.4 – Participantes da pesquisa.....	24
3.5 – Cenário da pesquisa.....	24
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
4.1 – A posse e o uso da terra	26
4.2 – Composição familiar e taxa de fecundidade	27
4.3 – Organização familiar.....	27
4.4 – Organização Social e Agricultura familiar.....	28
4.5 – O Programa Bolsa Família	30
4.6 – O Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF...31	
4.7 – A diversidade na agricultura familiar – plantios e criação.....	32
4.8 – Comercialização da produção na agricultura familiar.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura de crise econômica mundial, os debates e notícias sobre ideais modernos e pós-modernos tomam conta das conversas informais, das teses de doutorado e da agenda midiática. Cada uma com suas peculiaridades, mas todas trazem em sua essência uma pergunta que se arrasta pelos tempos: Por que os avanços da humanidade não foram suficientes para suprimir um mundo de excluídos em diversas ramificações?

Essas excluídos sofrem pela exclusão escolar, e conseqüentemente social e pela invisibilidade impostas aos mesmos de maneira naturalizada. Alguns setores da sociedade, a exemplo de igrejas, ONG's, órgãos filantrópicos com filosofia espiritual dentre outros buscam, através de trabalhos assistencialistas, minimizar essa invisibilidade. Entendemos por trabalhos assistencialistas, as ações de distribuição de cestas básicas, roupas para necessitados, brinquedos para as crianças, proporcionando a satisfação imediata, não construindo alternativas onde as pessoas se tornem protagonistas e conscientes de seus direitos e dever dos gestores. Entretanto, outros setores veem no Estado a responsabilidade de construir políticas públicas eficazes e eficientes para acabar com esse abismo de desigualdades imposto pela sociedade capitalista.

No universo excluído e invisível da sociedade, encontram-se algumas comunidades de agricultores familiares que ao longo da história vem na luta da resistência por melhores condições de vida e a procura do respeito por sua cultura, que vai além da figura do “jeca tatu¹”.

O atual governo federal, com um discurso de acabar com a miséria do Brasil, tenta implantar políticas que vão do assistencialismo a políticas estruturantes, dentre elas encontra-se o Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, na tentativa de gerar renda e melhor acesso às políticas públicas já existentes, com esse programa, no caso dos agricultores familiares, também se busca a permanência do homem no campo.

¹Nesse momento, fazemos referencia ao persogem « Jeca Tatu » de Monteiro Lobato. Esse personagem faz referência a um homem do campo como um ator social ingênuo e completamente iletrado.

Sabemos que o Êxodo Rural, em décadas passadas, causou grandes problemas, a exemplo da violência urbana e um alto índice de miséria, nas grandes cidades brasileiras, sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, a permanência do homem no campo torna-se um dos recursos fundamentais para que o Brasil desenvolva no campo da agricultura e pecuária. Para tanto, uma análise sócio-política e educativa nas políticas estruturantes que o atual governo vem adotando torna-se relevante.

Dessa forma, a presente monografia tem como objetivo central , detectar a eficácia e eficiência do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM – no município de Alagoa Nova-PB, com a finalidade de identificar os avanços e apontar as dificuldades enfrentadas pelo programa, contribuindo assim para uma análise reflexiva da ação governamental e dos resultados nas vidas dos agricultores familiares, público alvo do programa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Exclusão e invisibilidade social.

Há na atualidade um grande debate acadêmico sobre se estamos na modernidade ou na pós-modernidade, grandes historiadores, sociólogos, filósofos dedicam suas obras a esse assunto. Permeando entre a “modernidade” e a “pós-modernidade” sobrevive a sociedade capitalista, com uma capacidade e velocidade impressionante de mudanças significativas que atingem as relações sociais dos sujeitos que nela vivem.

Não diferente do início da modernidade, hoje temos uma sociedade marcada por bruscas desigualdades, que na sua essência, ultrapassam as desigualdades econômicas, são desigualdades no acesso à informação, desigualdades tecnológicas, de ingresso nas políticas públicas, enfim, falhas que faz ainda fortemente presente a categoria dos excluídos em nossa sociedade pós-moderna. O conceito de pós-modernidade é bem escrito nas ideias de Bauman (1998), para ele a solidez e a continuidade da modernidade foram substituídas pela incerteza não só em relação às pessoas, mas também em relação ao mundo e à forma adequada de se viver nele.

A dinâmica social leva os indivíduos a serem enérgicos nas suas criações e escolhas na busca de viverem e sobreviverem como excludores e excluídos. Nessa dinâmica, ambientes chamados de comunidades tornam-se espaços de identidade própria e multifacetada ganhando dinamismo e proteção, tornando-se ambientes que oferecem aos indivíduos segurança. Nesse sentido, Bauman (2003, p.10) afirma que:

Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito.

A exclusão, portanto, torna o indivíduo vulnerável à insegurança, não só no tocante à segurança pública, mas também em relação a sua segurança emocional,

faz com que sua autoestima diminua e suas perspectivas de melhoria de vida não sejam levadas tão a sério. Bauman (2003) também faz uma ressalva ao afirmar que segurança e liberdade não são sinônimas, porém ambas são importantes, assim, dentro do contexto da sociedade capitalista e da dinâmica das comunidades, a segurança aparece com mais ênfase, já que é a que se pode desfrutar, pois o ideal de liberdade na sociedade capitalista pode ser discutível.

Observa-se que os indivíduos encontram-se inertes à forças sociais, que se sobrepõem aos mesmos, de maneira que os impossibilitam perceber o quanto essas relações os tornam à margem do desenvolvimento econômico e social e, quando muito tentam entendê-las, por muitas vezes perfazem erroneamente. Guiddens (2002, p. 162), em suas observações críticas, faz a seguinte ressalva:

O indivíduo parece essencialmente passivo em relação a forças sociais externas que são esmagadoras, e as ligações entre os microambientes da ação e influências sociais mais abrangentes são vistas a partir de uma posição equivocada ou falsa.

2.2 Agricultura familiar e o Plano Brasil Sem Miséria – PBSM

2.2.1 O dar, o receber e o retribuir na agricultura familiar

Dentre as relações sociais estabelecidas em uma comunidade, também é observada a troca de favores e a disponibilidade de ajudar o outro que, a princípio, parece ser despreziosa, porém com uma observação mais aguçada e aos olhos da teoria da dádiva levantada por Marcel Mauss nota-se que essas trocas são impregnadas de interesses. Quando se fala em interesses não se trata de julgar essa intenção de maneira pejorativa, mas sim, de maneira analítica utilizando a óptica maussiniana.

O “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss, é um estudo realizado com reflexões acerca das relações sociais de sociedades “primitivas”, onde Mauss não observa só as trocas, mas o sistema de trocas vivenciado e construído por tais sociedades. Nesse sistema de trocas Mauss observa que existe uma obrigação tripartite do dar-receber-retribuir, que forma a base do sistema da dádiva.

No mundo da agricultura familiar as relações sociais são permeadas por laços de parentesco, compadrio e reciprocidade que contribuem para ações de trocas de favores, comidas, serviços e presentes. São nessas relações que pode ser observada a dádiva de Marcel Mauss.

O autor supracitado se remete, também, a estudos mais vastos de autores como Malinowski, Frans Boas, dentre outros, dirigindo sua atenção, concomitantemente, para o regime de direito contratual e para o sistema de prestações econômicas. Há um enorme emaranhado de fatos, que não ocorrem isoladamente, mas conexos, o que são por si mesmos complexos, onde Mauss os chama de “fenômenos sociais totais”, explicando que:

(...) exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosa, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições. (MAUSS, p. 41, 1974)

Nessa perspectiva, Marcel Mauss constrói a sua categoria de “fato social total”, onde nessas complexas e múltiplas coisas sociais em movimento ele chama a atenção para um ponto crucial: o caráter voluntário, “mascarado” de liberdade, sendo gratuito, porém, o é imposto e interessado. Estas prestações quase sempre tomam forma de presente, uma ação desinteressada, mas no âmago da relação o dar não é essencialmente desinteressado e o receber é tão obrigatório quanto o retribuir. Temos, então, uma forma permanente de moral contratual, presentes tanto em sociedades primitivas, quanto nas sociedades atuais. Vejamos o que Mauss nos diz a esse respeito:

Em primeiro lugar, não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais – clãs, tribos, famílias – que se enfrentam e se opõem, seja em grupos, face a face, seja por intermédio de seus chefes, ou seja ainda das duas formas ao mesmo tempo. (MAUSS, 1974, pp. 44:45,)

Analisando os costumes da agricultura familiar do nordeste, observa-se as festas juninas como um espaço onde os “fatos sociais totais” se manifestam com as

trocas de comidas típicas, o compadrio da fogueira, os batizados e casamentos, trocas que, a princípio, apresentam-se como despreziosas, mas por trás são carregadas de significativos do dar, do receber e do retribuir.

Mauss deixa claro que nas mais diversas relações sociais a troca está presente, não só de bens e riquezas, mas gentilezas, banquetes, festas, ritos, onde o mercado e a circulação de bens são só mais um momento permeado por um contrato muito mais geral e permanente.

É no sistema de trocas que se estabelecem os contratos. Nessas relações de trocas existe algo que “costura” essas relações fazendo com que se construa um ciclo do dar, do receber e do retribuir, a “linha” dessa “costura” é chamada por Mauss de “o espírito da coisa dada”.

A prestação total envolve a obrigação de dar, a obrigação de receber e a obrigação de retribuir. Foi na troca de presentes que as sociedades formularam suas relações e a forma do dom é uma forma de relação social total, lembrando-se sempre que pensar o dom é pensar em interesse.

A moral da dádiva está presente até hoje. Uma pessoa que não está disposta a dar é vista, pelos indivíduos os quais ele mantém relações, como um “muquirana”, um “pão duro”. Está, também, na cultura popular e cristã que ninguém é tão pobre que não possa dar algo ao próximo. Na mesma perspectiva, recusar um convite em muitas situações é motivo de desdém, visto por quem fez o convite. Na tradição cristã recusar uma criança que lhe é concedida para que seja sua afilhada, é quase inaceitável, como também, a recusa de um convite de festa de casamento, aniversário ou batizado pode ser o motivo de uma reflexão sobre o patamar de relação entre quem fez o convite e o convidado.

Sobre a obrigação de receber, Marcel Mauss diz que:

A obrigação de receber não é menos coercitiva. Não se tem o direito de recusar uma dádiva (...). Agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir, é temer ser “achatado” na medida que não se retribui (MAUSS, 1974, p. 110)

A retribuição de um presente recebido ou de um convite aceito, não é menos importante nessa relação, pois ele é, ao mesmo tempo, um fim de um ciclo e o início de um outro, onde a dádiva vai ganhando força e se manifesta continuamente. Quanto a obrigação de retribuir, Mauss afirma que:

A obrigação de retribuir dignamente é imperativa. Perde-se a “face” para sempre se não se retribui, ou se não se destrói valores equivalentes. A sanção da obrigação de retribuir é a escravização por dádiva. (MAUSS, p. 112, 1974)

Diante da discussão sobre a dádiva construída por Marcel Mauss observa-se que nem tudo está marcado exclusivamente pelas regras de mercado, pela compra e venda. As coisas possuem um valor que perpassa o valor da troca, é um valor sentimental, tal valor que, talvez, no nosso dia-a-dia nos passa despercebido, mas em algum momento ou época do ano acabamos envolvidos pelo “espírito da coisa”.

Perante essa discussão sobre: modernidade, pós-modernidade, exclusão, invisibilidade, comunidade e dádiva, está a agricultura familiar, público marcado historicamente pelo descaso da maioria dos governantes e discriminado por setores elitistas-conservadores da sociedade.

Segundo a Agência Nacional das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-FAO, a agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e agrícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos.

Em nível nacional, existe uma série de fatores que são fundamentais para o bom desenvolvimento da agricultura familiar, tais como: condições agroecológicas e as características territoriais; ambiente político; acesso aos mercados; o acesso à terra e aos recursos naturais; acesso à tecnologia e serviços de extensão; o acesso

ao financiamento; condições demográficas, econômicas e socioculturais; disponibilidade de educação especializada; entre outros. A agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico, ambiental, cultural e educativo.

A agricultura familiar torna-se importante por: ser de pequena escala estando intimamente vinculado à segurança alimentar mundial; preserva os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais e representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades.

No ano de 2006, o IBGE realizou o Censo Agropecuário Brasileiro. Nele, verificou-se a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar. Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais (BRASIL - IBGE, 2006).

Os dados supracitados revelam uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil. Se realizarmos uma média do tamanho das propriedades familiares e não familiares, teríamos, respectivamente, 18,37 e 309,18 de hectares. Ou seja, é um abismo muito grande entre minifúndio e latifúndio. Outro dado interessante é que dos 80,25 milhões de hectares de área da agricultura familiar, 45,0% destinavam-se às pastagens; 28,0% eram compostos de matas, florestas ou sistemas agroflorestais; e 22% de lavouras.

Mesmo sabendo-se da relevância da agricultura familiar para o país, as políticas públicas seguidas ainda privilegiam os latifundiários. Observando o plano de safra 2011/2012, nota-se que R\$ 107 bilhões foram destinados à agricultura empresarial enquanto que apenas R\$ 16 bilhões foram destinados aos produtores familiares. Apesar disso, a agricultura familiar gera, em média, 38% da receita dos estabelecimentos agropecuários do país e emprega aproximadamente 74% dos trabalhadores agropecuários do país. (BRASIL - MAPA, 2011)

O principal programa de incentivo à agricultura familiar é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que financia projetos ao pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros. Do ponto de vista operacional o PRONAF, concentra-se em quatro grandes linhas de atuação: financiamento da produção, financiamento de infraestrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos(as) agricultores(as) familiares e financiamento da pesquisa e extensão rural.

A importância do PRONAF, para a agricultura familiar, está no fato do mesmo ter se tornado uma política pública de financiamento, onde se pode custear os investimentos na unidade produtiva familiar. Essa conquista dos agricultores familiares abriu possibilidades antes nunca visto na história desse país, financiamento a baixo custo e com bonificação para uma parcela da população marcada pela exclusão social.

Outra política pública destinada aos agricultores familiares é a assistência técnica e extensão rural – ATER. Na visão do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - o principal objetivo dos serviços de ATER é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável, porém nem sempre a ATER pública teve como objetivo principal a agricultura familiar e a sustentabilidade.

No final da década de 40 surge no campo o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde que se tratava de um processo de modernização no campo e que alterou a estrutura agrária. Pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção, não atingiram produtividade suficiente para se manter na atividade, conseqüentemente, muitos se endividaram devido a empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades agrícolas, tendo como única forma de pagamento da dívida a venda da propriedade para outros produtores. Todo esse processo foi implementado pelos governantes da época através da ATER pública com um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, no entanto, o problema da fome no mundo não foi solucionado, pois a produção dos alimentos nos países em desenvolvimento é destinada, principalmente, a países ricos

industrializados. Assim, os homens do campo passaram mais uma vez por um processo de exclusão e aumento da pobreza e da miséria.

Tendo como meta suplantar a extrema pobreza, o Governo Federal lança o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) que também abrange o público dos agricultores familiares, pretendendo acabar com a exclusão e invisibilidade que assolam esse público.

Em 02 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) com o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Com essa iniciativa, o Governo Federal reforça o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social.

O Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

Embora a renda seja uma variável fundamental nessa discussão, sabemos que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas. Além da insuficiência de renda, insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia são algumas delas. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o BSM envolve 22 ministérios em sua gestão, além de contar com a parceria de estados e municípios, bancos públicos e o apoio do setor privado e terceiro setor. Juntos, esses parceiros desenvolvem as atividades que compõem o Brasil Sem Miséria.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A metodologia utilizada na presente pesquisa é do tipo qualitativa, pois considera-se que esse tipo de pesquisa há uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa apresenta algumas características básicas. De acordo com essa perspectiva, um dado pode ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. No entanto, o pesquisador vai a campo buscando entender o fenômeno a partir das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista importantes.

Dessa forma, de acordo com o objetivo central da presente pesquisa, a investigação de cunho qualitativo se escreve como um caminho que irá nos mostrar os desafios encontrados no processo de exclusão social que permeiam comunidades rurais e faz nascer no Brasil as ações sociais.

3.2 Instrumento metodológico

A pesquisa foi realizada a partir de uma investigação documental dos diagnósticos e relatórios realizados pela EMATER-PB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, com os agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB, envolvidos no Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, esse é o universo da pesquisa, ou seja, a população.

Godoy , ao discutir a pesquisa qualitativa de cunho documental afirma que:

a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial. (GODOY, p. 2. 1995)

3.3 Análise dos dados

Após a coleta de dados fizemos uma tabulação e apresentação das informações obtidas com análise documental e revisão da literatura.

Em seguida, analisados e discutidos os dados tabulados e organizados na etapa anterior, buscando atender aos objetivos da pesquisa para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar as hipóteses.

Por fim, foram sintetizados os resultados obtidos na pesquisa.

3.4 Participantes da pesquisa

O universo da pesquisa foram 31 (trinta e um) diagnósticos realizados pela EMATER-PB, de 31 (trinta e uma) famílias de agricultores familiares do município de Alagoa Nova-PB. Essas famílias fizeram parte da primeira etapa de implantação do PSBM – Plano Brasil sem miséria, no município.

3.5 Cenário da pesquisa

Alagoa Nova é um município do Estado da Paraíba. De acordo como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2006 sua população era estimada em 19.681 habitantes. Sua área territorial é de 122 km².

Seu IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 era de 0,576. Sua população residente alfabetizada é de 13.220 pessoas, o que representa 67,17% de sua população. O IBGE informa que o município apresenta *valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural* em: R\$ 759,72, e *Urbano* em R\$: R\$ 1.235,00. (IBGE – 2010)

Isso demonstra claramente a diferença socioeconômica estabelecida entre a população urbana e rural do município.



Fonte: IBGE

4.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.2 – A posse e o uso da terra



Gráfico 1 – Relação de posse e uso da terra

A relação de posse e uso da terra é uma vertente importante, dentro da dinâmica de acesso às políticas públicas, na agricultura familiar. Quando o agricultor tem a posse da terra ele tem a seu favor a liberdade para planejar e executar ações que, na sua visão, tem possibilidades de crescimento da unidade produtiva familiar, bem como tem o direito de acessar determinados financiamentos que tetos de investimento maiores e prazos superiores, o que garante um planejamento a longo prazo, com possibilidades maiores de crescimento.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, 72,6% dos estabelecimentos e 93% da área eram de proprietários, ao passo que em 1980, 62,7% eram proprietários, tendo assim um crescimento de quase 10% em 26 anos. Isso demonstra a ausência de uma reforma agrária mais efetiva. O censo ainda mostra que metade dos estabelecimentos familiares estavam localizados na Região Nordeste, onde esses estabelecimentos representaram 89% do total dos estabelecimento e 37% da área total. (França, 2009, p. 20)

Dessa forma o Nordeste concentra o maior número de minifúndios do país, evidenciando problemáticas e limitações quanto à produção e, conseqüentemente, comercialização da produção dessas unidades de produção.

4.3 Composição familiar e taxa de fecundidade

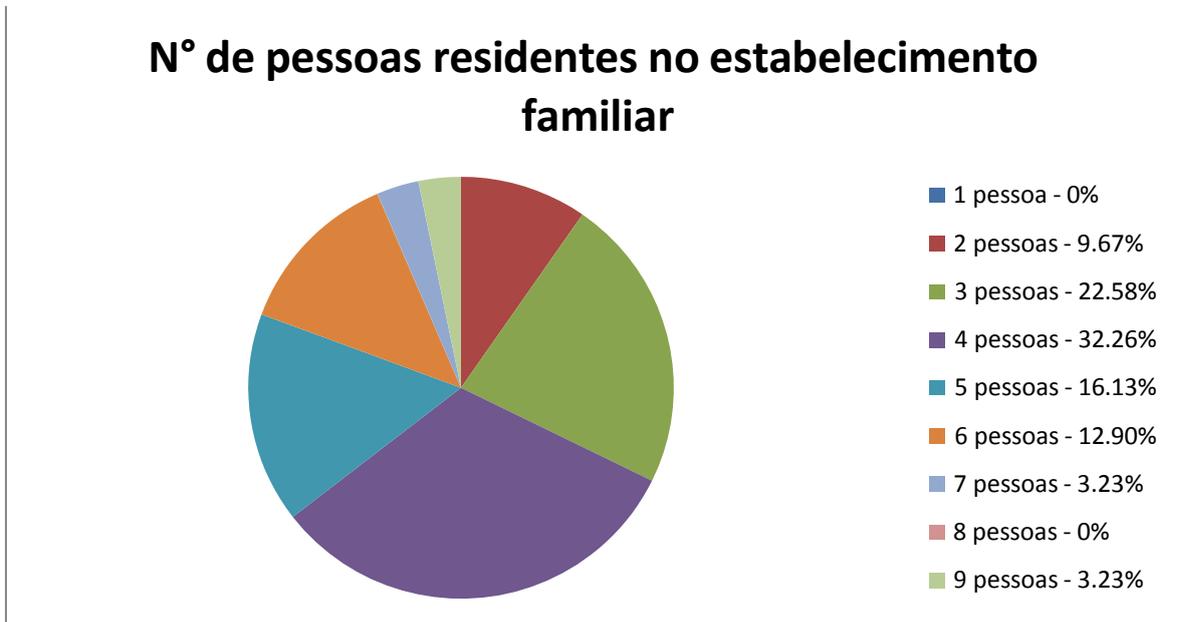


Gráfico 2 – Composição Familiar – N° de pessoas residentes no estabelecimento familiar

Analisando a composição familiar das famílias estudadas observa-se que 64.51% das famílias são compostas de duas a quatro pessoas, o que comprova uma mudança significativa da estrutura familiar das famílias brasileiras, principalmente do nordeste brasileiro.

Comparando dados do Censo Demográfico 1940 com os de 2010, observa-se considerável queda no número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, no Brasil, passando de 6,16 filhos para 1,9 filhos, estabelecendo uma diminuição de 69,2%. (IBGE, 2010)

Observa-se assim que, acompanhando a tendência nacional, as famílias da agricultura familiar do município de Alagoa Nova-PB tem apresentado uma queda na taxa de fecundidade o que reflete famílias composta por poucas pessoas. De acordo com a amostra analisada mais de 60% das famílias tem um número reduzido de pessoas, mas mesmo assim apresentam-se com baixos índices de desenvolvimento social.

4.4 Organização familiar

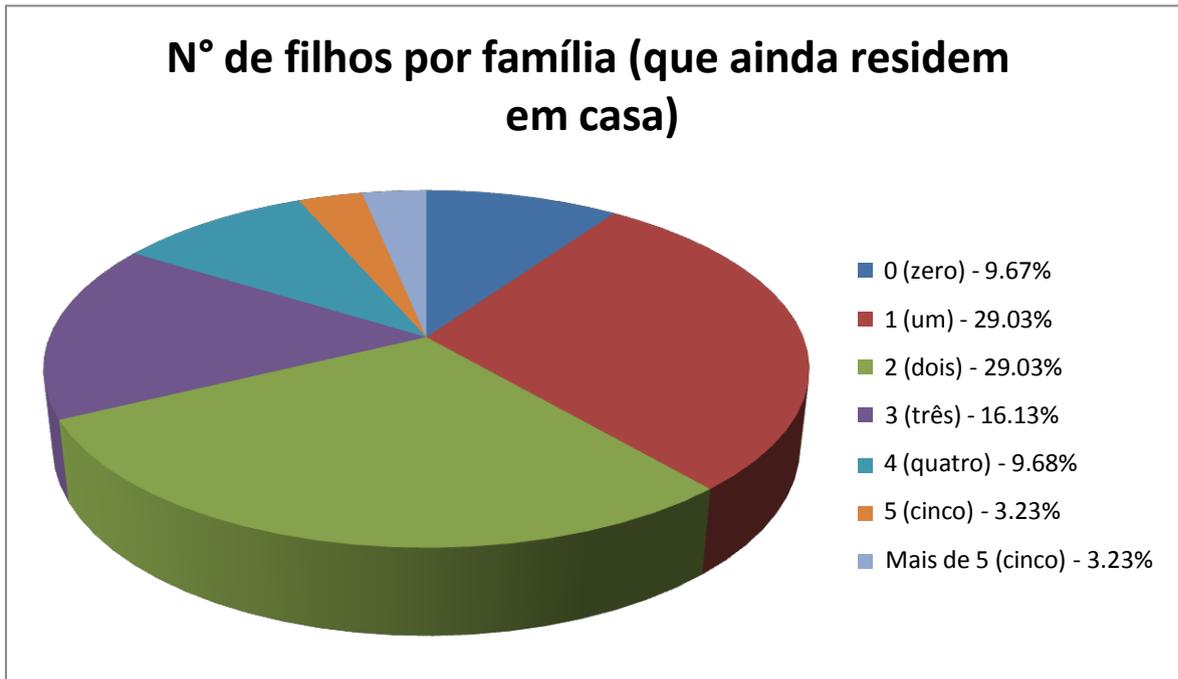


Gráfico 3 – Composição Familiar – N° de filhos por família

Observando o número de filhos que ainda residem na UPF, destaca-se que 67.73% das famílias analisadas possuem nenhum, um ou dois filhos que ainda residem em casa, o que corrobora os dados anteriores de famílias pequenas.

4.3 Organização social e agricultura familiar.

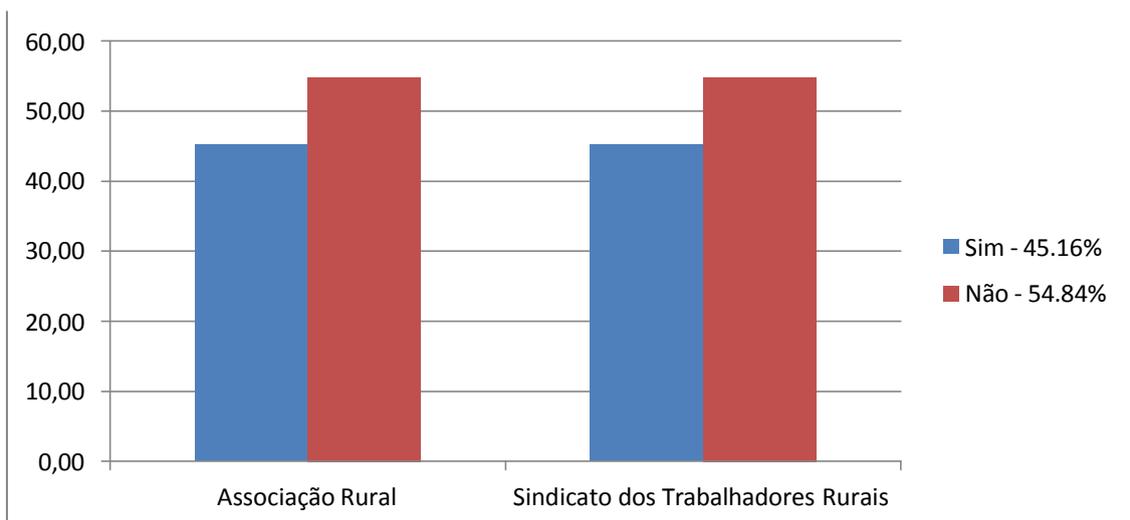


Gráfico 4 – Vínculo com Associação Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (pelo menos 01 (um) membro por família)

Segundo o IBGE (2006) os anos de 60 (1.060 sindicatos fundados) e 70 (1.207 sindicatos fundados) foram as décadas que mais surgiram sindicatos dos trabalhadores rurais, na década de 1950 apenas 18 tiveram suas fundações. Essa expressa mudança ocorreu devido ao trabalho desempenhado pelas Ligas Camponesas no país, movimento que tinha como bandeira principal a reforma agrária.

Hoje, não só no meio rural, mas acompanhando o cenário urbano o que se observa é uma queda na participação sindical, onde a luta dos trabalhadores perde mais das suas ideologias e ganha uma burocratização e a mesmice de reivindicações salariais.

Segundo Ibraim (1980, p.18)

A legislação do trabalho é muito clara sobre a natureza corporativa da atual estrutura sindical, quando estabelece que os sindicatos devem colaborar com os poderes públicos para a solidariedade social, exigindo que eles subordinem os interesses da classe operária aos interesses nacionais, ou seja, os da classe dominante.

A maioria das associações rurais surgiu no fim da década de 80 e início da década de 90. Muitas delas foram estimuladas pelo Estado a se formarem para fins de recebimento de alguns programas, como o programa de eletrificação rural. Não diferente da realidade da maioria das associações rurais, muitas delas são usadas por políticos ou seus cabos eleitorais como “currais de votos”, não contribuindo para a autonomia dos associados.

Algumas associações estão inadimplentes, outras estão juridicamente em dia por causa do presidente que paga todos os impostos, mas na prática não funcionam. Outra parte das associações mantém os mesmos presidentes eleitos há 10, 15, 20 anos atrás e sendo reeleitos a cada eleição, os mesmos afirmam que ninguém quer assumir o cargo. Há comunidades com mais de uma associação constituída juridicamente, muitas delas criadas por políticos.

Em meio a esse quadro algumas associações se despontam realizando trabalhos coletivos, dias festivos e se reúnem regularmente, mesmo com uma presença mínima dos sócios.

Segundo o IBGE, *apud* Ganança (2006) as associações de “desenvolvimento e defesa de direitos” eram 45.161 em 2002, correspondendo 16,37% das associações do país, é nesse grupo que, dentre outras, situa-se as associações de “desenvolvimento rural”.

4.5 O Programa Bolsa Família

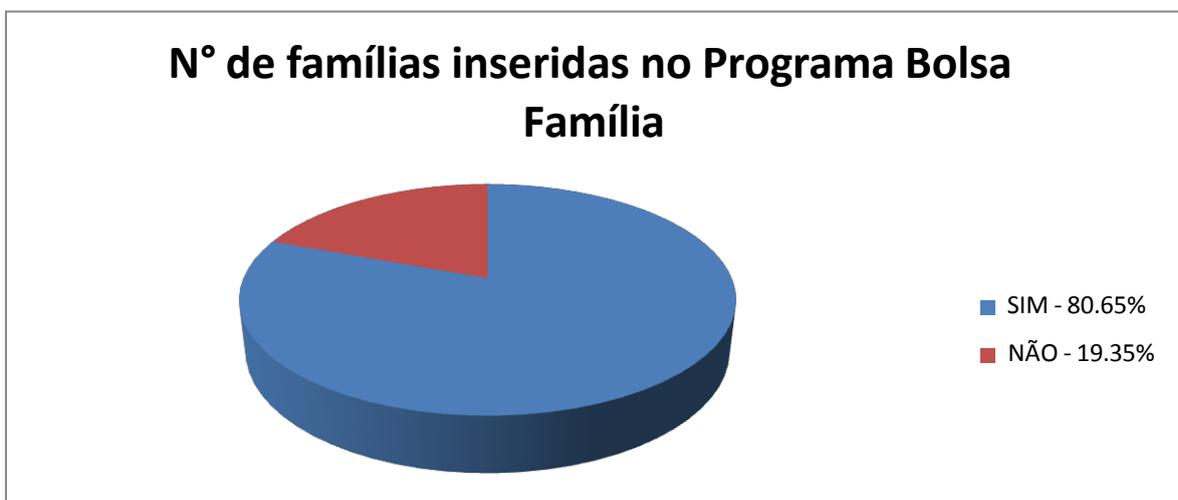


Gráfico 5 – Participação em Políticas Públicas - N° de famílias inseridas no Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda de forma direta, que beneficia famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Esse programa faz surgir debates no meio da sociedade brasileira, tendo de um lado pessoas que defendem os objetivos do Bolsa Família e do outro, pessoas que criticam ferrenhamente todas as diretrizes que direcionam o programa. Todo esse debate envolve uma questão, que pouco é conduzida pela grande mídia que é a disputa de poder.

A dinâmica de transferência de renda envolve questões de interesses opostos numa sociedade capitalista, sociedade essa marcada pelas desigualdades sociais e que possui uma classe dominante que deseja a manutenção do *status quo*.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS o Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.

Segundo o Portal da Transparência do governo federal, o município de Alagoa Nova-PB possui 8.442 famílias beneficiada pelo Programa Bolsa Família, injetando até novembro de 2014 R\$ 3.616.212,00, na economia local. Das famílias estudadas pela presente pesquisa mais de 80% delas estão inseridas no programa, isso demonstra o impacto socioeconômico promovido por essa política de transferência de renda.

4.6 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

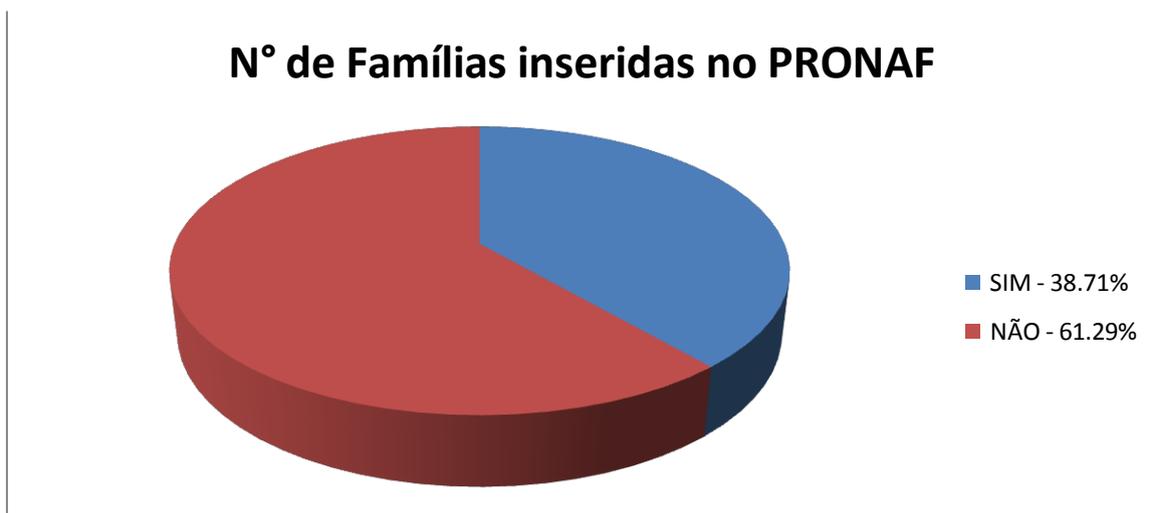


Gráfico 6 – Participação em Políticas Públicas - Nº de famílias inseridas no PRONAF

O Plano Brasil Sem Miséria tem, dentre seus objetivos, a intenção de atingir famílias que estão em situação de pobreza e de extrema pobreza, essas situações

colocam as famílias em um patamar de desinformação sobre as políticas públicas existentes. Isso justifica o percentual em mais de 60%, das famílias analisadas, em não ter acessado à Política Pública do PRONAF.

O acesso à informação, portanto, é um mecanismo de extrema importância para que essas famílias comecem a conhecer as políticas públicas que existem e que podem ser acessadas, dessa maneira haverá um empoderamento desse público e, conseqüentemente, uma melhoria da renda da família e da qualidade de vida da mesma.

4.7 A diversidade na agricultura familiar – plantios e criações

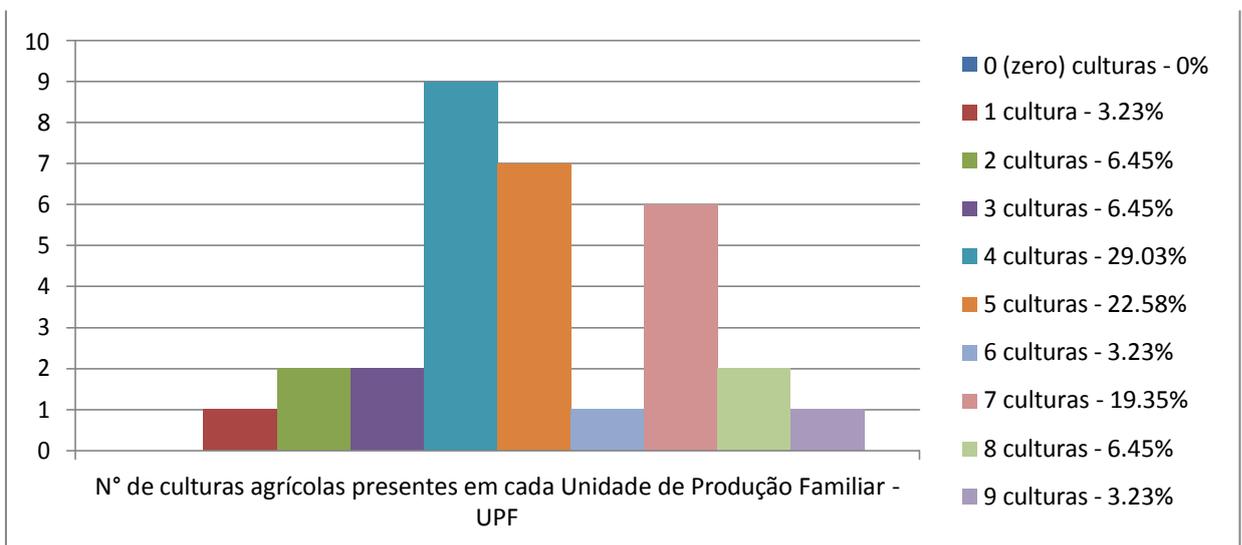


Gráfico 7 – Informações Produtivas – Diversidade nos plantios

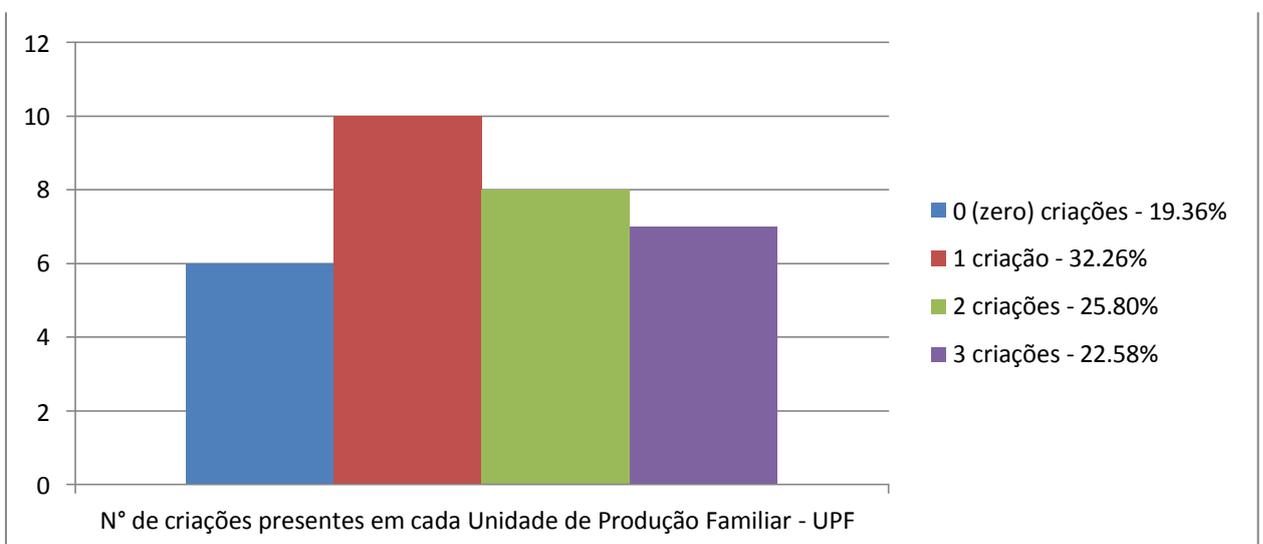


Gráfico 8 – Informações Produtivas – Diversidade nas criações

A diversidade na agricultura familiar é uma condição *sine qua non* para sua classificação. Essa diversificação está presente nas suas relações sociais, nas suas manifestações culturais e em sua produção.

Segundo Sérgio Schneider (p. 89, 2010):

A diversidade é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistema de produção, estrutura fundiária, entre outras. A diversidade manifesta-se por meio de um repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes das dificuldades de opções, mas, não raro também em decorrência dos erros e equívocos provocados pela especialização.

Assim, observa-se que essa diversidade é uma saída para a realidade das famílias, ela propicia mecanismos de defesa frente ao mercado capitalista e a ausência do Estado em determinados setores.

As estatísticas detectadas nas análises das amostras observadas, demonstram que mais de 74% das famílias pesquisadas possuem, em seus estabelecimentos, de 4 (quatro) a 7 (sete) culturas diferentes. Já quanto às criações, quase 50% das famílias pesquisadas possuem de 2 (duas) a 3 (três) diferentes animais, mesmo em uma região que se predomina a agricultura e não a pecuária, isso comprova o pressuposto da diversidade na agricultura familiar.

4.8 Comercialização da produção na agricultura familiar



Gráfico 9 – Porcentagem de famílias que vendem parte da produção

Mesmo com uma considerável e diversificada produção a agricultura familiar, sempre teve em seu histórico, a dificuldade de comercializar seus produtos. Uma saída sempre foram as feiras livres existentes na maioria das cidades, porém a absorção da produção nessas feiras é pequena, restando a opção de vender a maior parte da produção ao atravessador.

O atravessador consiste na figura da pessoa que possui meiose ferramentas necessárias para o escoamento da produção, bem como acesso a mercados de base fortalecida. Seu papel consiste em comprar a produção das famílias agricultoras a baixíssimo custo, o que o leva a lucros altíssimos com a venda em mercados diversos.

Tentando amenizar esse cenário, o governo federal vem propondo saídas através de políticas públicas de comercialização da produção da agricultura familiar. Pode-se citar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor, coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. (BRASIL – MDS)

O PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - foi implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais.

Apesar de ser um programa antigo, foi em 2009 através da Lei n° 11.947/2009, que obriga que os entes federados destinem, no mínimo, 30% dos recursos destinado à merenda escolar à compra de produtos da agricultura familiar.

Essas políticas e as feiras livres do município compõem o cenário de comercialização da agricultura familiar do público estudado por essa pesquisa. São meios que buscam o preço justo de sua produção, diminuindo o impacto da venda ao atravessador, que promove o preço baixo e a desvalorização das mercadorias do agricultor familiar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a presente pesquisa, constata-se que o perfil das famílias agricultoras familiares do município de Alagoa Nova-PB, envolvidas no Plano Brasil Sem Miséria - PBSM é composto por traços e circunstâncias peculiares de um universo pós-moderno, permeado por singularidades tradicionais, marcados por circunscrições culturais fortes, do mundo da agricultura familiar.

Esse mesmo universo pós-moderno apresenta a ambiguidade de uma realidade, onde se encontra moldes tradicionais e fortes dados de desigualdades sociais. Dentro da agricultura familiar a pobreza ainda paira, trazendo sujeitos à condição de invisibilidade social.

Algumas políticas públicas, como o PRONAF, PAA e a assistência técnica, dentre outras, vem cumprindo seu papel, mesmo de maneira limitada, para que essas desigualdades diminuam, mas a ineficiência do Estado em alguns setores diminui o impacto positivo dessas políticas.

O Plano Brasil Sem Miséria – PBSM vem somar esforços para que sejam dadas oportunidades de produção e, principalmente, enquadramento dessas famílias nas políticas públicas já existentes, proporcionando a essas famílias oportunidades de acesso à programas e ações governamentais, que minimizem a condição de pobreza ou extrema pobreza em que se encontram.

Entende-se que mais um programa ou política pública não irá erradicar de vez a pobreza do país, porém o esforço e a tática utilizados pelo PBSM trazem diretrizes e estratégias que conduzem a um novo olhar a esse público.

Diante os dados analisados, detecta-se que muitas políticas públicas já foram implementadas, mas o nível educacional da população condiciona-os à desinformação. Essa falta de informação vicia a população em ações que reproduzem a pobreza, e essa pobreza leva-os à condição de invisibilidade social.

Assim, entende-se que a superação desse quadro perpassa por um trabalho educativo processual. Apenas através de uma política pública de educação –

bancária e não-bancária – é que teremos um país mais justo, menos desigual e humano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria – PBSM**. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/en/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

_____. **Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento – MAPA**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/Ministerio/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio/Plano_Agricola2011-2012%20-%20ATUALIZADO.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2014.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA**. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em: 07 de novembro de 2014.

_____. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

_____. **Portal da Transparência**. Controladoria Geral da União. Disponível em: http://pb.transparencia.gov.br/Alagoa_Nova/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2014. Acesso em: 07 de novembro de 2014.

_____. **Presidência da República.** DECRETO-LEI nº 7.492/11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acesso em: 06 de fevereiro de 2014.

_____. **Presidência da República.** DECRETO-LEI nº 5.209/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

FAO - **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.** Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/pt/>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2014.

FRANÇA, Caio Galvão de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P.M.Azevedo Marues. – Brasília: MDA, 2009.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil – Características e limites par a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/307/1/alexandre_ciconello_gan_an. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

GIDDENS, Anthony. 1938. **Modernidade e Identidade.** Tradução: Plínio Denzein. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais. RAE. Vol. 35. N. 3. Mai./Jun. 1995.

IBRAHIM, José. (1980) **Perspectivas do Novo Sindicalista.** Ed.Loyola – CEDAC – São Paulo.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Epu/Edusp, 1974.

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação. Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** RURIS. Vol.4. Número 1. Março de 2010.

Anexos



Foto 02 - Aprisco para criação de ovelhas – Comunidade São Tomé de Cima

Fonte: EMATER-PB



Foto 03 – Pocilga e criação de porcos – Comunidade Boa Esperança

Fonte: EMATER-PB



Foto 04 - Artesanato – Corte, costura e pintura – Comunidade Boa Esperança

Fonte: EMATER-PB



Foto 05 – Pocilga para criação de porcos – Comunidade São Tomé de Cima

Fonte: EMATER-PB